
ANEXOS E NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 1 – PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no POCAL e em obediência à convenção dos custos históricos, à exceção das seguintes situações:

- Apesar da obrigatoriedade de utilização da contabilidade analítica (de custos) decorrente da disposição do ponto 2.8.3. do POCAL, o Município, ao exercício de 2008, ainda não dispõe das condições técnicas e humanas indispensáveis para esse efeito;
- A valorização das existências não se encontra reflectida no Balanço à data de 31 de Dezembro de 2008. Durante o exercício foram instituídos procedimentos para controlo dos movimentos nos stocks, tanto em termos de quantidades como de valores, no entanto à data encerramento não dispomos desses elementos.

A Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro estabelece no seu art.º 46.º a obrigatoriedade da consolidação de contas nos termos definidos no POCAL. Contudo, verificando-se a ausência desses termos no POCAL até ao presente e desconhecendo-se os procedimentos contabilísticos exigidos para o efeito, o Município não apresenta contas consolidadas.

NOTA 2 – COMPARABILIDADE DAS CONTAS

Não possuímos conhecimento de qualquer acontecimento ou realidade económica ou financeira reflectida ao nível da contabilidade que possa impedir a adequada comparabilidade das contas em relação ao pretérito exercício.

NOTA 3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

Os critérios valorimétricos utilizados respeitaram os princípios contabilísticos definidos no capítulo 5 do plano Oficial de Contabilidade. Assim:

- As imobilizações corpóreas estão valorizadas de acordo com a informação disponível no Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, utilizando-se simultaneamente o critério do custo

histórico para alguns bens, a avaliação de uma Comissão constituída para o efeito para outros bens e a avaliação da empresa “Sinergimo”.

- As amortizações são calculadas com base nos elementos constantes no Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, seguindo o disposto na Portaria 671/2000, à excepção das grandes reparações/beneficiações de bens já amortizados e dos bens de domínio público identificados e avaliados pela “Sinergimo”, cujas taxas de amortização são calculadas em função da vida útil estimada para esses bens.

- As participações financeiras identificadas na nota 16 deste documento encontram-se valorizadas ao custo histórico.

- Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

- Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento, sendo registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos os custos e proveitos que respeitam a vários exercícios e que são imputados aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

- Os subsídios ao investimento são registados como proveitos diferidos depois dos respectivos investimentos serem submetidos à apreciação das entidades competentes e são reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações dos bens subsidiados.

NOTA 4 – COTAÇÕES DE CÂMBIO UTILIZADAS

Nota não aplicável, dada a ausência de transacções expressas em moeda estrangeira.

NOTA 5 – SITUAÇÕES QUE AFECTAM O RESULTADO DO EX.º

Além das situações referidas na nota 1, não se perspectivam outras situações que possam ter influência materialmente relevante no resultado do exercício.

NOTA 6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 431 E 432

Nota não aplicável, por inexistência de saldos nas referidas contas.

NOTA 7 – MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO E AMORTIZAÇÕES

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizações e respectivas amortizações constam dos quadros seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação /Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transf.	Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios								
Outras construções e infra-estruturas	50.149.327,31							50.149.327,31
Bens do património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso								
Adiant. conta de bens de domínio público								
	50.149.327,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.149.327,31
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e desenvolvimento								
Propriedade industrial e outros direitos								
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	3.579.296,79		440.779,99	212.004,78		146.475,00	71.782,25	3.733.379,25
Edifícios e outras construções	8.468.906,05		347.441,52	142.383,00			508.575,07	9.182.539,64
Equipamento básico	782.995,71		17.287,94					800.283,65
Equipamento de transporte	1.075.695,65		2.500,00			24.450,00		1.053.745,65
Ferramentas e utensílios	753.632,21		2.707,83					756.340,04
Equipamento administrativo	926.994,00		81.174,46			2.636,62		1.005.531,84
Taras e vasilhame								0,00
Outras imobilizações corpóreas	105.120,41		3.827,23					108.947,64
Imobilizações em curso	2.056.487,14		1.420.040,74				580.357,32	2.896.170,56
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	4.850,00							4.850,00
	17.753.977,96	0,00	2.315.759,71	354.387,78	0,00	173.561,62	0,00	19.541.788,27
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	258.500,00							258.500,00
Obrigações e títulos de participação								
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Outras aplicações financeiras								
Depósitos em instituições financeiras								
Títulos de dívida pública								
Outros títulos								
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros								
	258.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258.500,00

Unidade: Euros

AMORTIZAÇÕES

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio Público				
Outras const. e infra-estruturas	6.290.606,47	3.103.212,22		9.393.818,69
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
	6.290.606,47	3.103.212,22	0,00	9.393.818,69
Imobilizações incorpóreas				
				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e Recursos Naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	461.745,26	75.794,21	7.680,90	529.858,57
Equipamento básico	230.120,04	83.011,78		313.131,82
Equipamento de transporte	630.345,45	85.417,71	7.762,50	708.000,66
Ferramentas e utensílios	712.309,85	14.863,81		727.173,66
Equipamento administrativo	517.359,22	155.160,97	2.102,99	670.417,20
Taras e vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	35.453,82	8.655,27		44.109,09
	2.587.333,64	422.903,75	17.546,39	2.992.691,00

Unidade: Euros

NOTA 8 – DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DOS MAPAS ANTERIORES

Activo Imobilizado – Ver **ANEXO I** (Bens Móveis por grupo homogéneo), **ANEXO II** (Viaturas por grupo homogéneo e detalhe) **ANEXO III** (Bens Imóveis grupo homogéneo e detalhe, incluindo bens de domínio público) e **ANEXO IV** (Obras em curso).

Bens adquiridos em estado de uso – Não aplicável

Alienações, transferências e abates no exercício – Ver **ANEXO V**

ACTIVO LÍQUIDO

Rúbricas	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido
De bens de Domínio Público			
Outros construções e infraest.	50.149.327,31	9.393.818,69	40.755.508,62
	50.149.327,31	9.393.818,69	40.755.508,62
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	3.733.379,25		3.733.379,25
Edifícios e outras construções	9.182.539,64	529.858,57	8.652.681,07
Equipamento básico	800.283,65	313.131,82	487.151,83
Equipamento de transporte	1.053.745,65	708.000,66	345.744,99
Ferramentas e utensílios	756.340,04	727.173,66	29.166,38
Equipamento administrativo	1.005.531,84	670.417,20	335.114,64
Outras imobilizações corpóreas	108.947,64	44.109,09	64.838,55
Imobilizações em curso	2.896.170,56		2.896.170,56
Adiant. Conta imob. Corp.	4.850,00		4.850,00
	19.541.788,27	2.992.691,00	16.549.097,27

Unidade: Euros

Os valores referidos no mapa **ANEXO VI** foram obtidos do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, mostrando-se concordantes com a informação divulgada (coincidente com a contabilidade).

NOTA 9 – CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 10 – DIPLOMAS LEGAIS DAS REAVALIAÇÕES

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 11 – REAVALIAÇÕES

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 12 – SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DO IMOBILIZADO CORPÓREO E EM CURSO

Imobilizações em poder de terceiros (exploração):

Neste âmbito, destacam-se apenas os contratos de concessão de exploração das redes eléctrica e de águas (e saneamento). As entidades concessionárias são a “EDP – Distribuição Energia, S.A.” e “Águas do Planalto – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A.”, respectivamente.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

A “Casa da Cultura” sita em terreno da Casa do Povo, o “Auditório Municipal e Espaço Internet” constituídos em edifício (e terreno) dos Bombeiros Voluntários e a “Biblioteca Municipal Alves Mateus” actualmente a funcionar em edifício (e terreno) do Ministério das Finanças, constituem as situações mais relevantes que se enquadram neste âmbito. Refira-se, no entanto, que as obras respeitantes ao primeiro e ao segundo empreendimento referido, não se encontram contemplados ao nível do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial e conseqüentemente não se encontram reflectidas na contabilidade.

Imobilizações reversíveis:

Não se conhecem imóveis nesta situação.

Custos Financeiros capitalizados nas imobilizações supra-referidas – Não aplicável

NOTA 13 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOC. FINANCEIRA

Rúbrica	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	Final do contrato
Imobilizações corpóreas				
151820 - Varredora	116.126,44	77.218,98	38.907,46	Jun 2010
30019096 - V. Com. Tipo Furgão	14.367,38	11.041,97	3.325,41	Dez 2009
040005361 - Renault Master	23.417,42	14.318,44	9.098,98	Jan 2010
	153.911,24	102.579,39	51.331,85	

Unidade: Euros

NOTA 14 – RELAÇÃO DOS BENS SEM VALORIZAÇÃO

Os bens que se encontram referidos no mapa **ANEXO VII**, apesar de incluídos no inventário, não se encontram valorizados à data de 31 de Dezembro de 2008, tratando-se de situações transitadas de exercícios anteriores.

NOTA 15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO AMORTIZADOS

Os bens de domínio público que não são objecto de amortização não assumem materialidade. O SICP não assumiu nenhuma taxa de amortização para esses bens, por razões que se desconhecem.

NOTA 16 – INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS

PROFIACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE S. C. DÃO – Unipessoal Lda

Participação encontra-se valorizada a custo histórico (5.000 euros), correspondente a 100% do capital social da participada. Em 31/12/2008, a empresa com sede em Santa Comba Dão, apresentava capital próprio negativo de 138.504,12 euros, incluindo resultado negativo de 38.309,93 euros referente ao exercício de 2008.

ECOBEIRÃO – SOC. TRAT. RESÍDUOS SÓLIDOS PLANALTO BEIRÃO, S.A.

Participação encontra-se valorizada a custo histórico (1.000 euros), correspondente a 2% do capital social da participada. Relativamente, a esta participada apenas dispomos dos elementos reportados ao exercício findo em 31/12/2007, sendo que a empresa com sede em Barreiro de Besteiros apresentava capital próprio de 155.225,26 euros, incluindo resultado positivo de 14.510,24 euros referente a esse exercício.

WRC – Web p/Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

A participação financeira de 2.500 euros data de 2003 mas não se encontra valorizada na contabilidade, por falta de realização até à data. A importância corresponde a 0,65% do capital social da participada sediada em Coimbra. À data do encerramento do exercício de 2008 não se encontravam disponíveis as suas contas, pelo que apenas se refere o valor do Capital Próprio à data de 31/12/2006 que ascendia a 652.774,67 euros.

COMBANIMA – ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM

Participação financeira encontra-se valorizada ao custo histórico (250.000 euros), correspondente a 100% do capital social da subsidiária. Em 31/12/2008, a empresa com sede em Santa Comba Dão, apresentava capital próprio de 32.616,03 euros, incluindo resultado negativo de 51.872,16 euros referente ao exercício de 2008.

ITECONS – Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção

Participação financeira encontra-se valorizada ao custo histórico (2.500 euros), correspondente à classe de associado E. À data do encerramento do exercício de 2008 não se encontravam

disponíveis as suas contas pelo que apenas se refere o valor do Capital Próprio à data de 31/12/2006 que ascendia a 494.819,33 euros. A participada tem sede em Coimbra.

NOTA 17 – TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E APLICAÇÕES DE TESOURARIA

Nota não aplicável, por inexistência de títulos negociáveis detidos e outras aplicações de tesouraria à data de balanço.

NOTA 18 – OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nota não aplicável, por inexistência de outras aplicações financeiras à data de balanço.

NOTA 19 – DIFERENÇAS ENTRE A VALORIZAÇÃO DO ACTIVO CIRCULANTE E O RESPECTIVO VALOR DE MERCADO

As existências não estão valorizadas à data de 31/12/2008, dada a inexistência de trabalhos de inventariação que permitissem aferir o seu valor para efeitos de balanço.

NOTA 20 – FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO AO ACTIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Nota não aplicável, à excepção da situação referida na nota anterior em que as existências apresentavam valor nulo à data de Balanço.

NOTA 21 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE - PROVISÕES

Nota não aplicável, por inexistência de provisões constituídas neste âmbito.

NOTA 22 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa respeitam integralmente a “Clientes, Contribuintes e Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218”. Estas dívidas não se encontram provisionadas, sendo que o valor de 310,43 € não assume significância. Confirma-se a impossibilidade dos serviços camarários

poderem analisar, verificar e, se for caso disso, pedir esclarecimentos sobre os valores das transferências efectuadas pela DGCI, relativas aos impostos que constituem receita do Município, porque a informação contida nos documentos é manifestamente insuficiente. Esta situação impossibilita, entre outros aspectos, a confirmação de dívidas em atraso por parte de contribuintes e a verificação da necessidade de constituição de provisões para cobrança duvidosa.

NOTA 23 – DÍVIDAS ACTIVAS/PASSIVAS RESPEITANTES A PESSOAL

Em 1 de Janeiro de 2009, vencem os direitos de férias e subsídio de férias dos funcionários camarários, estimados em 295.060 euros. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “273 – Acréscimo de Custos”, juntamente com os encargos sociais na ordem de 48.005,40 euros.

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES EMITIDAS E DIREITOS CONFERIDOS

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 25 – DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO OU OUTROS ENTES PÚBLICOS

Não existem dívidas em mora neste âmbito.

NOTA 26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES

A listagem das garantias e cauções prestadas, assim como dos recibos para cobrança consta do **ANEXO VIII**.

Às dívidas divulgadas em Balanço, acresce o montante de compromissos assumidos perante terceiros, que ainda não possuem reflexo económico ao nível da contabilidade, em 31 de Dezembro, por respeitarem a acordos, protocolos, contratos, adjudicações de empreitadas ou outros. O valor apurado em final do exercício de 2008 ascende a **1.526.499,83 euros**, representando uma contingência próxima e que no curto prazo se concretizará como outro passivo que o Município terá que suportar.

NOTA 27 – CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Saldo Final
Provisões para riscos e encargos	0,00	247.759,29		247.759,29
	0,00	247.759,29	0,00	247.759,29

Unidade: Euros

NOTA 28 – MOVIMENTOS OCORRIDOS EM CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 «FUNDO PATRIMONIAL», CONSTANTES DO BALANÇO

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Saldo Final
Património	50.003.743,80	436.172,57		50.439.916,37
Reservas de Reavaliação	2.300,00			2.300,00
Reservas				
571 - Reservas Legais	174.338,80			174.338,80
576 - Doações	50.890,00			50.890,00
Resultados Transitados	-4.812.401,56	-2.367.712,16		-7.180.113,72
Resultado do Exercício	-2.367.687,06	2.367.687,06	4.261.754,03	-4.261.754,03
	43.051.183,98	436.147,47	4.261.754,03	39.225.577,42

Unidade: Euros

Os movimentos descritos consistiram:

- No aumento de 436.172,57 euros na conta do Património decorrente dos seguintes registos:

Descrição	Valor
Casas Geminadas - Fundação Salazar	32.051,52
Terrenos	88.442,99
Etar de Santa Comba Dão	315.390,00
Colecção "Archivo Histórico Port."	288,06
Total.....	436.172,57

Unidade: Euros

- Na transferência do resultado líquido negativo de 2007, na importância de 2.367.687,06 euros para “resultados transitados”, conforme deliberação camarária;
- No reflexo do apuramento do resultado líquido negativo referente ao exercício de 2008, no montante de 4.261.754,03 euros.

NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nota não aplicável, pelas razões apontadas nas notas 1 e 19.

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Exercícios	
	2008	2007
Custos e Perdas		
681. Juros Suportados	584.472,76	461.671,36
688. Outros custos e perdas financeiros	2.961,08	2.128,81
Resultados Financeiros	-240.218,43	-96.971,07
	347.215,41	366.829,10
Proveitos e Ganhos		
781. Juros obtidos	3.121,61	5.063,45
783. Rendimentos de Imóveis	344.093,80	361.765,65
788. Outros rendimentos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	347.215,41	366.829,10

Unidade: euros

NOTA 32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Exercícios	
	2008	2007
Custos e Perdas		
691. Transferências de capital concedidas	377.210,19	212.976,47
694. Perdas em imobilizações	143.125,98	195.524,07
695. Multas e penalidades	1.890,98	60,00
697. Correções relativas a exercícios anteriores	103.423,53	29,16
698. Outros custos e perdas extraordinários	0,00	88.750,00
Resultados Extraordinários	-533.881,41	-56.622,78
	91.769,27	440.716,92
Proveitos e Ganhos		
793. Ganhos em existências		
794. Ganhos em imobilizações	10.222,97	185.433,84
795. Benefícios de penalidades contratuais	3.641,80	1.834,98
797. Correções relativas a exercícios anteriores	320,45	156.976,03
798. Outros proveitos e ganhos extraordinários	77.584,05	96.472,07
	91.769,27	440.716,92

Unidade: Euros